

A TERCEIRIZAÇÃO TEM ROSTO DE MULHER

A maioria dos contratos de terceirização hoje nas escolas são ocupados por mulheres, negras, moradoras de periferias, em funções de limpeza, cozinha e na administração. São mulheres que recebem menos do que os homens - em especial homens brancos. Nossa luta é a de todas as trabalhadoras da educação, por direitos, contra a precariedade e também contra o machismo.



DIGA NÃO À PEC 32, DA REFORMA ADMINISTRATIVA

A Câmara dos Deputados, presidida por Arthur Lira (PP-AL), pode retomar a qualquer momento o debate sobre a PEC 32, da reforma administrativa, uma das grandes bandeiras do governo Bolsonaro, que não foi à votação por conta da luta do funcionalismo público. A intenção de Lira é recolocar o tema em pauta, e aprovar este ataque ao funcionalismo, que ataca o serviço público, com o fim da estabilidade, dos planos de carreira e da paridade, e o avanço na terceirização.



Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro

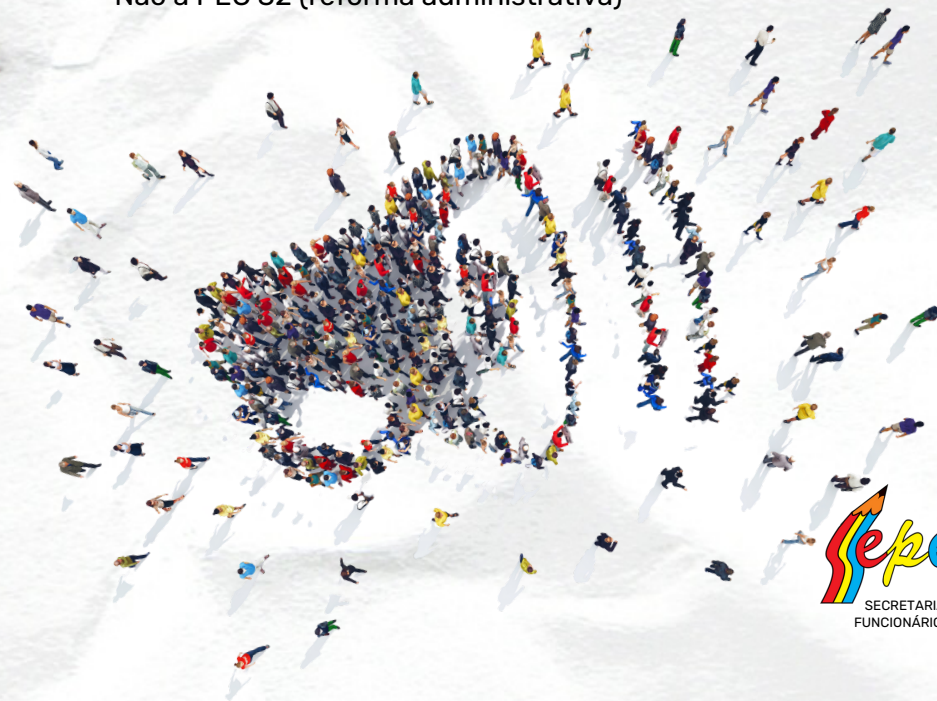
SECRETARIA DE
FUNCIONÁRIOS(AS)

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO!

CONCURSO PÚBLICO

já!

- ✓ Economia aos cofres públicos
- ✓ Controle da manipulação eleitoral
- ✓ Manutenção da saúde do sistema previdenciário
- ✓ Entrega profissional, garantia de vínculo com a comunidade escolar
- ✓ Processo coletivo da Educação, conformação, impacto social
- ✓ Defesa do funcionalismo público. Não à PEC 32 (reforma administrativa)



SECRETARIA DE
FUNCIONÁRIOS(AS)

MUITOS MOTIVOS PARA COMBATER A TERCEIRIZAÇÃO E DEFENDER CONCURSOS



A TERCEIRIZAÇÃO CUSTA MAIS CARO AOS COFRES PÚBLICOS E AOS TERCEIRIZADOS

A contratação de terceirizados a título de “economia para os cofres públicos” é uma falácia, velha conhecida dos trabalhadores brasileiros. As empresas que participam destas licitações recebem por cada funcionário valores muito mais altos do que o que é pago, em salários e direitos. As empresas agem como “atravessadoras” e lucram alto com os contratos. Mesmo assim, é comum darem verdadeiros calotes nos funcionários, em direitos garantidos como férias e 13º salário ou no não recolhimento do FGTS.

O AUMENTO DA TERCEIRIZAÇÃO AMEAÇA A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES

O aumento das terceirizações e a conseqüente redução no número de concursados debilita ainda mais o sistema previdenciário público, pois temos a queda do número de contribuições, que alimentam o sistema. Com menos gente contribuindo para o Rio-Previdência, o Previ-Rio ou os dos demais municípios, o risco de implusão dos institutos e de suspensão do pagamento de aposentadorias e pensões aumenta. Preocupante, ainda diante da crise atual no Previ-Rio...

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO VIRAM MOEDAS DE TROCA EM ACORDOS ELEITORAIS

Nos meses antes de eleições, o Sepe costuma receber denúncias sobre contratação de terceirizados a pedido de políticos com base eleitoral nas áreas das escolas onde as pessoas vão trabalhar. Ainda que nem todo(a) terceirizado(a) seja indicado politicamente, é gritante a relação íntima de muitas empresas terceirizadas com políticos, que fazem uso de contratações para angariar votos, em cabides de emprego. Essa relação entre empresas e políticos fica evidente nas trocas de empresas, após as eleições, quando há troca de governo.

TERCEIRIZADOS POSSUEM MENOS DIREITOS

O Sepe defende o concurso público para combater a precariedade e o serviço público. São muitas as diferenças entre concursados e terceirizados, começando pela estabilidade do concursado, o que permite enfrentar o assédio, se organizar no sindicato para lutar e ainda ter segurança para denunciar situações graves no ambiente de trabalho (alimentos estragados, riscos à saúde, corrupção, etc). O terceirizado, além da precariedade do contrato, recebe menos que o concursado, não progride em uma carreira e não conta com vários direitos conquistados pela luta, como licença-maternidade maior, etc.

TRABALHO CONCURSADO: GARANTIA DE VÍNCULO COM A COMUNIDADE

Na terceirização, a rotatividade de trabalhadores é muito grande*, o que é agravado pela mudança constante, com o trabalhador sendo jogado de um local para outro. Essa realidade prejudica o vínculo entre o corpo de funcionários da escola e a comunidade escolar, afetando assim o desenvolvimento do processo pedagógico como um todo. E concursados permanecem mais tempo em uma escola, o que contribui para estabelecer relações com profissionais, famílias e alunos.

** Em 2014, estudo Dieese/CUT mostrou que os vínculos empregatícios de um trabalhador de atividade tipicamente terceirizada duram a metade do tempo do que os de trabalhadores nas demais formas de contratação - 34,1 meses contra 70,3 meses, em média.*

EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO COLETIVO: FUNCIONÁRIOS TAMBÉM EDUCAM!

Entendemos que a Educação é um processo coletivo, envolvendo professores, funcionários, alunos e responsáveis no chão da escola, atuando em prol do desenvolvimento pedagógico dos nossos alunos. Todas estas partes que se juntam para formar o corpo da escola pública, gratuita e de qualidade com o objetivo de levar a educação para todos, e impacta na sociedade, que passa a dispor de cidadãos críticos. E funcionários são parte essencial nesta engrenagem.